

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Orçamentária Anual

SIGLA	OBJETIVO	PARTICIPANTES	PODER PÚBLICO
FUMECAD	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a captação, mobilização e aplicação de recursos que apoiarão as entidades e instituições, social e juridicamente organizadas, para atendimento, defesa, estudos, pesquisas, proteção, promoção e garantia dos Direitos da Criança e Adolescente 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente • Conselho Tutelar 	<ul style="list-style-type: none"> • Vinculado à SDS • Gestor – Abraão Gerson Ribeiro
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 8.056, de 27 de março de 1992 • Lei nº 8.168, de 07 de dezembro de 1992 • Decreto nº 4.716, de 29 de dezembro de 1992 • Lei nº 8.506, de 21 de julho de 1994 • Lei nº 8.597, de 20 de dezembro de 1994 • Lei nº 8.988, de 27 de dezembro de 1996 • Lei nº 8.666, de 13 de dezembro de 1999 • Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001 • Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005 • Lei nº 11.081, de 06 de março de 2006 • Lei nº 11.081, de 06 de março de 2006 • Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008 • Decreto nº 9.750, de 02 de janeiro de 2009 		

▣ Os recursos do Fundo deverão ser aplicados em:

- ▣ Financiamento total ou parcial de programas de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, desenvolvidos por órgãos da administração direta ou indireta e pelas entidades não-governamentais;
- ▣ Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para cumprimento dos objetivos da área da criança e do adolescente;
- ▣ Desenvolvimento de programas de estudos, pesquisas, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos necessários à execução da política municipal de atendimento;
- ▣ Atendimento de despesas diversas de caráter extraordinário, bem como pagamento de serviço de terceiros.